

# Código Florestal: nova regra aumentará desmatamento

Até 15 milhões de hectares de floresta tropical na Amazônia correm o risco de perder proteção, aponta estudo

**Elton Alisson**  
Agência Fapesp

Até 15 milhões de hectares de floresta tropical na Amazônia correm o risco de perder sua proteção e serem desmatados em razão de um artigo no novo Código Florestal brasileiro.

O alerta foi feito por pesquisadores da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), da KTH Royal Institute of Technology e da Chalmers University of Technology, da Suécia, em artigo publicado terça-feira (13/11) na revista Nature Sustainability. O estudo é resultado de um projeto apoiado pela Fapesp.

“Os 15 milhões de hectares que podem ficar desprotegidos por essa regra no novo Código Florestal equivalem a,

aproximadamente e em número, todo o déficit de reserva legal que precisa ser compensado ou restaurado no Brasil e está coberta principalmente por floresta tropical”, disse Gerd Sparovek, professor da Esalq-USP e um dos autores do estudo, à Agência Fapesp.

“A eventual perda dessas áreas para atividades agrícolas pode anular os esforços para regularização de reservas legais no Brasil e resultar em enormes perdas de biodiversidade, no comprometimento de serviços ambientais valiosos para a sociedade – como fornecimento de água – e no aumento de emissões de gases de efeito estufa”, disse Sparovek.

O pesquisador explica que o antigo Código Florestal brasileiro, vigente até 2012, estabelecia que os proprietários de terras privadas, situ-

adas nos estados localizados na região amazônica, podiam utilizar até 20% delas, reservando os 80% restantes como reservas legais para a preservação da natureza.

O novo Código Florestal, revisado em 2012, ganhou o artigo 15, parágrafo 5, inserido a pedido do Estado do Amapá, que permite aos estados amazônicos reduzirem esse requisito de reserva legal de 80% para 50% se mais de 65% de seus territórios estiverem protegidos por unidades de conservação ou terras indígenas.

Se esse artigo for implementado, entre 7 e 15 milhões de hectares de área de floresta ficariam desprotegidos e sujeitos ao desmatamento legal. Isso porque outros estados da região, como Amazonas, Roraima e Acre, têm cerca de 80

milhões de hectares de terras públicas ainda não designadas.

A eventual destinação dessas áreas públicas para unidades de conservação ou terras indígenas também pode permitir a esses estados reduzir a proteção de propriedades privadas. Com isso, seriam abertas grandes áreas para o desmatamento legal e para expansão agrícola, apontam os pesquisadores.

“A remoção da proteção legal não significa automaticamente que essas florestas serão desmatadas. Mas é importante prestar atenção no contexto político atual, que sugere um enfraquecimento dos mecanismos de prevenção do desmatamento”, disse Flávio Luiz Mazzaro de Freitas, doutorando no KTH Royal Institute of Technology e primeiro autor do estudo.

Foto: Reprodução/Internet



A eventual perda de áreas para atividades agrícolas pode anular os esforços para regularização de reservas legais no Brasil e prejudicar a biodiversidade

## + Redução da exigência de reserva legal

Os pesquisadores avaliaram os possíveis impactos da redução da exigência de reserva legal de 80% para 50% na proteção de áreas de florestas em terras públicas e privadas na Amazônia por meio de uma base georreferenciada da malha fundiária brasileira.

A malha abrange todo o território nacional e combina bases de dados oficiais, como as das áreas protegidas nacionais e estaduais – como áreas de conservação, terras indígenas e militares –, além das bases de imóveis e de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e os polígonos de imóveis do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Por meio dessa base georreferenciada, abrigada no cluster computacional Euler, no Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria (CeMEAL) – um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPIDs) apoiados pela Fapesp –, os pesquisadores modelaram a implementação do artigo 12, parágrafo 5 do novo Código Florestal em dois cenários diferentes de destinação de terras atualmente não designadas na região amazônica.

No primeiro cenário, mais conservador, a proteção da natureza teria prioridade alta. No segundo, que seria o pior, o novo artigo seria plenamente implementado.

O potencial de redução da proteção florestal nessas duas situações foi quantificado e avaliado os riscos de conversão legal de terras não

mais protegidas para o uso agrícola, usando medidas de adequação, além dos potenciais impactos dessa conversão de terra em termos de emissões de carbono e proteção da biodiversidade.

As análises dos dados indicaram que, nos dois cenários, os estados do Amapá, Roraima e Amazonas se qualificaram para reduzir suas reservas legais em terras privadas.

Na situação mais conservadora, 97% do território não destinado dos estados do Amazonas e do Amapá seriam designados unidades de conservação ou terras indígenas. Nesse cenário, o novo artigo do Código Florestal eliminaria a proteção de 6,5 milhões de hectares de floresta preservada, sendo 4,6 milhões de hectares no Amazonas, 1,4 milhão de hectares em Roraima e meio milhão de hectares no Amapá. E quando as unidades de conservação e as terras indígenas dentro desses estados atingissem o limite de 65% e a nova regra do Código Florestal fosse implementada, a área de floresta desprotegida mais que dobraria.

Os pesquisadores também estimaram que, no cenário mais conservador, cerca de metade das áreas de floresta que passariam a ficar desprotegidas (3,14 milhões de hectares) estaria situada em propriedades rurais registradas, 1,9 milhão de hectares em assentamentos e 600 milhões de hectares em áreas a serem intituladas.

Na pior situação, a maior parte da redução ocorreria em territórios atualmente não designados, onde as propriedades com titularidade teriam suas reservas legais reduzidas em mais de 8 milhões de hectares, previram.

“A criação de unidades de conservação, de proteção da natureza ou de terras indígenas nesses estados pode resultar em um efeito secundário, que é o aumentar a possibilidade de expandir o desmatamento. Isso é uma esquizofrenia”, disse Sparovek.

Os pesquisadores sugerem que medidas legais adotadas no contexto do Programa de Regularização Ambiental (PRA) dos estados podem ajudar a reduzir o risco de desmatamento extensivo.

Motivos econômicos também podem colaborar para reduzir os riscos de desmatamento, já que existe um forte compromisso internacional para evitar a compra de produtos originários de zonas de desmatamento. As exportações agrícolas brasileiras podem ser fortemente afetadas no caso de aumento do desmatamento na região amazônica, ressaltam.

“Esperamos que as constatações feitas no estudo tragam mais clareza sobre a possibilidade de aumento de desmatamento legal na Amazônia e contribuam para a elaboração de ações e estratégias públicas e privadas que visem mitigar possíveis danos ambientais e sociais desse processo”, disse Freitas.

**Lúri**  
**Moreira**

[iurimoreira.imprensa@gmail.com](mailto:iurimoreira.imprensa@gmail.com)

Foto: Reprodução/Internet



## Assistente Virtual da Oi alcança 600 mil atendimentos

Lançado em fevereiro, o assistente virtual (chatbot) da Oi acaba de atingir 8 milhões de mensagens e 600 mil atendimentos. O serviço, que pode ser acessado via WhatsApp, web e Messenger fornece dados para pagamento da fatura dos produtos (Fixo, Banda Larga, Pós e Oi Total) e soluções de suporte técnico para clientes de telefonia e banda larga fixas. A solução chegou ao patamar de 85 mil atendimentos por mês, com mais de 78% de satisfação dos clientes. Além disso, 94% dos clientes que buscaram os dados de pagamento através do assistente virtual não ligaram para o call center. A solução de assistente virtual da Oi, que utiliza tecnologia de Inteligência Artificial, foi criada para entender as necessidades dos clientes e prover uma experiência digital diferenciada de atendimento nos mais variados canais.

### Descontos

Os clientes TIM têm à sua disposição uma série de benefícios oferecidos pelas mais de 40 empresas parceiras do TIM PRA MIM, programa de relacionamento da operadora. E, até dezembro, clientes do TIM Black (Pós Social e Pós C, promocionalmente) também terão direito a um par de ingressos por mês para assistir aos filmes em cartaz na rede Cinesystem. Clientes dos planos TIM Black acima de 15GB já possuíam esse benefício mensal e continuam sendo elegíveis a resgatar. Além de vantagens exclusivas todos os meses, é possível obter desconto de até 70% em compras em lojas físicas e lojas online, viagens, restaurantes, etc. Entre os parceiros da TIM no Brasil estão marcas como Gol Online, Centauro, Magazine Luiza, Casas Bahia, Nespresso, Bilheteria.com, Chilli Beans, Extra, Fast Shop, IE Intercâmbio, LATAM, L'Occitane, Sony, ChefsClub e Easy Taxi.

### Now

O SAP NOW é o novo evento anual de tendências e inovação da multinacional alemã SAP, projetado para atender as novas demandas de mercado e suportar os desafios da economia digital. Ele substituiu o SAP Forum Brasil, que depois de 22 anos se consolidou como o grande evento de tecnologia do País e como o segundo maior do mundo para a empresa, com 12 mil visitantes na última edição. O SAP NOW 2019 vai reunir diversas inovações em uma experiência imersiva e completa, com showcases interativos, demos virtuais, conteúdo prático, especialistas locais e oportunidades de networking.

### Pós

A CESAR School, escola de inovação do CESAR, abrindo inscrições para os cursos de Ciência da Computação e Design. Cada graduação oferece 32 vagas, com inscrições gratuitas que podem ser realizadas até o dia 2 de dezembro de 2018, pelo link: [vempira.cesar.school](http://vempira.cesar.school). O processo de avaliação para ingresso na CESAR School acontece em etapas, começando com uma prova de Redação e Raciocínio Lógico, depois o Desafio CESAR e, posteriormente, uma entrevista individual. A ideia é identificar as habilidades quanto a resolução de problemas, engajamento, criatividade, trabalho em equipe e liderança. Os candidatos também podem utilizar a nota do ENEM que substituem a redação e lógica, sendo mantida a necessidade de realizar o Desafio e a entrevista. A lista de aprovados será divulgada no site no dia 18 de dezembro, as matrículas acontecerão a partir do dia 19 do mesmo mês e as aulas têm início no dia 11 de fevereiro.

### Samsung

A Samsung anunciou um novo integrante para a família A no Brasil, o Galaxy A7. O modelo é o primeiro, no Brasil, a vir equipado com câmera tripla traseira. A novidade chega com três opções de cores – azul, preto e cobre. O smartphone tem Display Infinito Super AMOLED de 6 polegadas e a tecnologia de áudio Dolby Atmos, que fornece um som que se move ao redor do usuário, para que ele se sinta realmente dentro da cena. Outra novidade são os recursos de segurança como reconhecimento facial e o sensor de impressões digitais, na lateral do aparelho.

### Milhas

A Smiles anunciou parceria de negócios com o Nubank. A previsão é que ainda no primeiro trimestre de 2019, os clientes participantes do Nubank Rewards possam transferir os pontos acumulados no cartão de crédito para sua conta Smiles, e agregar ainda mais valor ao programa de recompensas do cartão. Os clientes Nubank que não tiverem conta na Smiles, poderão fazer o cadastro no link [smiles.com.br/cadastro](http://smiles.com.br/cadastro). A transferência de pontos do cartão Nubank será feita por meio do app que está disponível gratuitamente nas lojas App Store e Google Play.